

A culinária da política: coxinha, caviar e mortadela

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo:

O artigo analisa de que maneira algumas iguarias tradicionais foram simbolicamente apropriadas pelo moderno jargão político para se referir a posicionamentos, tipologias ou espectros, desnudando alguns dos seus aspectos fundamentais e suas bases ideológicas.

Palavras-chave: Simbologia; Imaginário Político; Reacionarismo; Democracia.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ/Professor da FACC-UFRJ.

Prólogo

O espaço acadêmico é a dimensão isonômica do debate, não importa sob qual perspectiva axiológica, e quem não aceita as ideias desenvolvidas por outrem que tenha então a capacidade de estabelecer críticas pertinentes, mediante o uso de uma estrutura comunicacional efetivamente dialógica. Se pela defesa incondicional do espírito democrático recebe-se da intelectualidade formalista o estigma de “parcial” ou de “anticientífico”, então tanto melhor ser parcial e anticientífico. Não existe neutralidade científica, não existe neutralidade intelectual. Toda deontologia acadêmica que se paute por esse paradigma normativo é ideológica, isto é, mascara as suas reais intenções em nome de abstrações quiméricas que somente beneficiam o status quo e que impedem a democratização do processo de construção e de difusão do conhecimento.

O discurso filosófico não se adequa aos critérios da objetividade discursiva tal como pretendido pela tecnocracia, ela mesma sectária de um projeto social que perpetua a dominação hegemônica da autoridade administrativa sobre a esfera pública, mantendo-a assim em estado de submissão cultural, no qual apenas os dados imputados como verificáveis, objetivos e pragmáticos possuem validade social. Entre a tecnocracia e os dispositivos fascistas existe uma bela ponte adornada com os enfeites da neutralidade e do formalismo do dever, e a consciência que se aferra demasiadamente a essas instâncias corre o risco de legitimar a barbárie institucionalizada. Basta lembrar que muitos nazistas diziam apenas cumprir ordens dos seus superiores.



Talvez a pior corrupção que exista seja a intelectual, e esta nasce quando não desenvolvemos a coragem de expressar nossas ideias controversas, não importando as suas consequências concretas.

Certamente um dos ofícios mais complexos nos conturbados tempos de crise generalizada seja o da análise filosófica da práxis política, eivada de paixões, desafetos, discórdias, interesses conflitantes. Nem sempre se agrada a outrem o registro público de perspectivas políticas que lhes sejam axiologicamente divergentes. Para esse sujeito, somente poderemos lhe oferecer a virtude da tolerância relativa, em consideração ao formalismo democrático que sustenta nossas frágeis instituições políticas. Se as ideias por nós apresentadas não agradam uma pessoa, que esta forneça outras mais consistentes e quiçá “melhores”. O processo criativo da crítica política não deixará de fluir para satisfazer as demandas contrárias dos descontentes. Convém que todas as instituições seculares sejam constantemente avaliadas acerca de sua adequação ao progresso social, e se porventura elas não realizam esse propósito ótimo, que sejam criticadas, reformuladas, transformadas, quiçá suprimidas, sem ódio nem preconceito.

Introdução

A práxis política brasileira, em todos os seus espectros, está repleta de imagens culinárias. A sociedade brasileira apresenta um poder antropofágico de assimilação criativa das influências externas, e nesse reprocessamento de ideias são gerados novos elementos que dinamizam nossa estrutura cultural. Compreendendo esses símbolos

alimentícios poderemos também compreender as inúmeras contradições estruturais de nossa organização política, e assim desmistificar as ideologias que obscurecem a gestão pública brasileira e suas interfaces sociais. Iguarias que tanto agradam ao paladar da grande maioria das pessoas se convertem em instrumento de cisão social no moderno cotidiano da política nacional. Todavia, a conturbada ordem vigente impede qualquer concordância entre os grupos litigantes, e a esperança de um futuro de consenso soteriológico que venha a unir a nação brasileira em uma grande ceia talvez seja uma quimera vã, pois tal disposição é incapaz de reconhecer a fragmentação essencial de nosso cindido tecido social. O grande banquete político prometido pelo espírito festivo que adorna a história carnavalesca do Brasil não é para todos.

Para que se obtenha a verdadeira unidade nacional que promoverá o progresso global da sociedade brasileira é imprescindível que os elementos fascistas sejam eliminados de nossa ordenança política, assim como os seus dejetos reacionários que cada vez mais se encorajam em expelir publicamente sua virulência graças aos recursos informáticos. Não é possível que o espírito radicalmente democrático consiga aceitar a sombra necrófila do fascismo que ameaça a soberania popular e os direitos sociais das diferenças. Com efeito, expressões políticas pautadas pelo ódio à diferença não devem receber a liberalizante tolerância que muitas vezes atua como uma disposição seráfica constantemente violada pelos grupos caracteristicamente opressores.

As forças reativas presentes nas relações sociais e políticas não podem jamais ser afirmadas como expressões da diferença axiológica, mas suprimidas pela ação

transformadora da democracia popular, cujo trabalho de desconstrução da ordem conservadora é paulatino e exige paciência dos seus participantes, pois muitas vezes os resultados práticos demoram a aparecer. Somente após tal supressão poderemos pensar em autêntica unidade nacional, calcada no diálogo entre os grupos políticos comprometidos com a democratização do sistema de poder e da ordem institucional. E pensar que muitos ufanistas consideram a feijoada como o símbolo da pretensa integração cultural brasileira. “Integração” essa que se pautou pelo extermínio dos povos indígenas, pela escravização dos negros, pela exploração laboral dos camponeses e dos proletários, pela submissão da mulher ao crivo do patriarca familiar, pelo clientelismo que submete a coisa pública aos interesses privados dos espoliadores sociais.

Coxinha

A coxinha é uma deliciosa iguaria, um empanado feito com carne de frango desfiada, massa com ovos e farinha de trigo, temperada com salsinha, tradicionalmente consumida em lanches, festas de aniversário e outros momentos gastronômicos aprazíveis.

Não há consenso nas explicações sobre por qual motivo o quitute da coxinha foi associado no imaginário político ao típico burguês reacionário. Dizem que a coxinha era o único alimento economicamente viável a ser consumido pelas tropas policiais, que recebiam diariamente das autoridades incompetentes um parco vale-refeição. Ocorreu então uma transposição desse simbolismo para o imaginário da etologia do conservadorismo, já que os aparatos policiais, grosso modo, são os mantenedores da ordem elitista em vigor, os defensores da propriedade privada e dos meios de produção do

sistema capitalista. Essa relação indigesta só prejudica a coxinha, salgado que não perderá jamais sua dignidade culinária perante os seus ávidos consumidores para além de toda polarização política.

Já o tipo coxinha merece os vitupérios que lhe são outorgados pela filosofia crítica da política, pois sua conduta pessoal e sua visão de mundo são incompatíveis com o projeto de instauração de uma sociedade radicalmente democrática conduzida pelos princípios da justiça e da isonomia. Ao apresentarmos as características estúpidas da tipologia da pessoa coxinha, desenvolvemos subsídios para talvez reeducar tais figuras tacanhas no porvir, em uma inevitável nova revolução cultural que formará pessoas comprometidas com o progresso social de uma república sem quaisquer tipos de privilégios classistas. Na vigência da sociabilidade capitalista será impossível realizarmos tal projeto político efetivamente libertador da vida humana perante as amarras monetaristas.

A vida prosaica do tipo coxinha é desprovida de aspirações culturais superiores, de maneira que podemos considerá-lo como um herdeiro simbólico do filisteu, rebento degenerado da modernidade burguesa que subverte todas as avaliações culturais ao crivo da lucratividade e do pragmatismo grosseiro, vivendo rigidamente sob a égide do cálculo e do neurótico aproveitamento do tempo. O homem-coxinha, apesar de seu elevado poder aquisitivo que lhe franquearia, caso quisesse, amplo acesso aos bens culturais, não é capaz de vivenciá-los plenamente, preferindo apenas desempenhar funções ociosas que lhe proporcionam prazer imediato. Como a vida dessa figura gira em torno somente de paradigmas apazíveis,

constantemente o tipo coxinha necessita de novos estímulos sensoriais para que consiga manter o estado de euforia, fugindo sofregamente do tédio existencial. Viagens turísticas ao exterior, consumo contumaz de produtos de luxo, adequação ao crivo estético da moda, culto narcísico do corpo talhado nas academias de ginástica, desvalorização do pensamento reflexivo em prol das funções imputadas como imediatamente rentáveis, esforço contínuo pela manutenção de uma bela aparência pública (que muitas vezes mascara suas contradições interiores), eis alguns caracteres do ethos coxinha.

O sujeito coxinha na práxis política se configura como uma pessoa conservadora em sua visão de mundo, adequada aos parâmetros normativos do status quo. Essa pessoa tacanha é refratária em relação a qualquer processo de empoderamento social das classes desfavorecidas, considerando como algo natural a discrepância entre os ricos (que adquiriram sua proeminência econômica graças ao seu empreendedorismo e mérito pessoal) e os pobres (que vivem em condições precárias por causa de sua própria incompetência e falta de esforço em superar suas dificuldades estruturais). O tipo coxinha, muitas vezes de maneira hipócrita, não percebe que a própria cisão social é motivada pela espoliação econômica perpetrada pelos detentores dos meios de produção, núcleo elitista do qual ele próprio faz parte e que continuamente exploram as classes trabalhadoras impondo-lhes um regime laboral terrivelmente extenuante mediante pagamentos financeiramente incompatíveis com esse grande dispêndio energético. O lucro do patronato é inversamente proporcional ao estado de miserabilidade do proletariado.

O tipo coxinha se arroga defensor da moral e dos bons costumes, pavoneia os valores da dita família tradicional e, pelo fato de sua mente ser povoada de inimigos imaginários que não foram convenientemente superados na transição da fase infantil para a vida adulta, luta pela defesa da pátria contra os comunistas, inclusive clamando por medidas de exceção contra todos aqueles que prejudicam a ordem pública. O homem-coxinha participa de passeatas contra a “corrupção” governamental, contra a máquina burocrática do Estado, contra a inflação, contra governos legítimos, mas não se esquece de liberar as babás de seus filhos dos seus afazeres profissionais. O homem-coxinha considera que as passeatas são assépticos desfiles de moda ou micaretas, fazendo assim da política um evento espetacular.

Para essa bizarra figura política, não há maiores problemas se porventura as tropas policiais matam indiscriminadamente pessoas pobres, pois assim se realiza uma poderosa assepsia social. O tipo coxinha não percebe que o seu modo de vida é um dos catalizadores da desestruturação social, de modo que a marginalidade endêmica dos grandes centros urbanos só se perpetua em sua intensidade graças ao descompromisso social desses distintos “cidadãos de bens” que apenas encontram como meta existencial os gozos das benesses da sociedade de consumo. Os produtos usufruídos de forma indiscriminada pela classe ociosa dos homens-coxinhas são fabricados pela mão-de-obra alienada das massas proletárias que, desprovidas de qualidade de vida e de qualquer assistência social mais elaborada, adentram muitas vezes na seara criminosa como tentativa de sobreviver na grande selva de pedra do sistema capitalista.

Caviar

O caviar, feito com ovas de esturjão infertilizadas, salgadas e que usualmente não passam pelo processo de pasteurização, é um alimento requintado, caríssimo produto de alto luxo, acessível apenas para as elites financeiras dispendiosas das suas vultosas riquezas, que gastam sem qualquer preocupação seus abundantes recursos em gêneros sofisticadíssimos.

O caviar foi assimilado pelo jargão político da sociedade moderna para se referir depreciativamente aos adeptos de concepções do espectro político da esquerda que na verdade manteriam um padrão de vida associado ao ideário burguês, considerando ainda que suas diatribes contra a ordem mercadológica do sistema capitalista nada mais são do que retórica populista para agradar a parcela progressista da sociedade que adere aos discursos libertários. Nesse contexto, muitos artistas, intelectuais e celebridades axiologicamente conexas aos princípios da esquerda, defensores da agenda defensora dos direitos humanos, do empoderamento feminino, das causas trabalhistas, dentre outras, são rotulados como membros desse eixo chamado esquerda caviar, pois seus discursos politicamente engajados em pautas progressistas não resultariam em um compromisso social autêntico.

Obviamente que nem todas as figuras de proeminência social que apregoam defender causas políticas de esquerda seguem de fato esses paradigmas, o que é um grande prejuízo para a causa revolucionária. Contudo, é imprescindível que haja sempre um grande discernimento na crítica desse descompasso entre teoria e prática. Afinal, muito pior do que a incoerência política de uma pessoa dita de esquerda que não realiza em sua vida prática atos socialistas é a falácia publicitária

enunciada por muitas empresas que difundem uma imagem pública convenientemente progressista de compromisso com os direitos trabalhistas e com as causas ambientais (em nome do mercadológico conceito de responsabilidade social) e que na prática violam os mesmos, enganando assim segmentos da esfera pública que se comprometem a apenas consumir produtos e serviços de empresas que sigam esses critérios deontológicos. Afinal, é mais fácil desmascarar uma pessoa hipócrita travestida de sectária dos paradigmas da esquerda do que uma empresa que descumpra seus propósitos de responsabilidade social, apesar de seu discurso contrário. Nessas condições, são as empresas que devem permanecer sob a vigilância constante da sociedade esclarecida, e não as figuras famosas adeptas da agenda da esquerda, submetidas ao constante crivo da patrulha ideológica que não perdoa qualquer tipo de desvio. Azedos jornalistas desprovidos de constância ética usualmente realizam esses ataques contra a reputação política de pessoas ditas de esquerda, assim como intelectuais espetaculares que se venderam aos ditames do mercado editorial e produzem livros desprovidos de genuína ponderação filosófica. Esses vendedores de ideias não acreditam e não lutam pela instauração de um mundo melhor. Apenas anseiam pela perpetuação das benesses elitistas, que financiam seus livros e palestras para burgueses desocupados.

Um mito estúpido que precisamos suprimir é o de que um partidário de um projeto político de esquerda é extremamente refratário ao uso dos produtos tecnológicos de ponto ou aos bens de consumo mais sofisticados. Na verdade, a pessoa associada aos paradigmas da esquerda é contra a privatização seletiva do acesso aos

recursos tecnológicos que propicia para apenas uma distinta parcela social dos “cidadãos de bens” o acesso a tais recursos. A filosofia comunista pretende democratizar o acesso global das pessoas aos bens produzidos pela sociedade, anulando o caráter de propriedade privada das coisas. Por conseguinte, é plenamente conveniente para o projeto de instauração de uma sociedade comunista que o acesso da população aos produtos criados para usufruto civil seja o mais amplamente eficiente, inclusive através de medidas legais de distribuição desses recursos por obra do poder estatal, alinhado aos interesses democráticos genuínos. Toda revolução política pressupõe mudanças na gestão do conhecimento e da inovação tecnológica. Para Manuel Castells,

Quando se desencadeia o processo de ação comunicativa que induz a ação e a mudança coletivas, prevalece a mais poderosa emoção positiva: o entusiasmo, que reforça a mobilização societária intencional. Indivíduos entusiasmados, conectados em rede, tendo superado o medo, transformam-se num ator coletivo consciente (CASTELLS, 2013, p. 158).

Usualmente se afirma que antes de um revolucionário pretender lutar para mudar o mundo, é necessário primeiramente que ele se modifique interiormente. Ora, quem pretende realizar uma transformação radical no exterior já passou por uma transformação interior, pois somente se reconhece as contradições concretas do mundo quando o sujeito percebe-as em seu próprio âmago, e a partir dessa percepção ocorre o ímpeto por mudança que suprime as velhas condições estabelecidas na ordem social que impedem a emancipação plena das pessoas.

O discurso reacionário não poupa esforços para desvalorizar o empreendimento criativo de grandes nomes do pensamento contrário ao establishment. Os detratores de Marx que são avessos ao genuíno debate intelectual repetem constantemente a historieta de que esse grande pensador, apesar de suas sistêmicas críticas ao modo de gestão capitalista, jamais entrou em uma fábrica, e que por isso suas críticas não possuiriam legitimidade intelectual. Essa perspectiva espúria não compreende o outro lado da moeda: muitos administradores, gestores, engenheiros de produção e empresários que versaram sobre o mundo industrial/corporativo, apesar de vivê-los em sua imanência cotidiana, jamais reconheceram as contradições intrínsecas do sistema capitalista e o sofrimento metabólico dos trabalhadores. Pelo contrário, antes naturalizam tais antíteses estruturais como algo inevitável que ao fim gerará o “benefício” para todos, de modo a se ratificar assim a exploração econômica do excludente regime capitalista. Afinal, esses ideólogos tecnocratas são porta-vozes dos detentores dos meios de produção, e sempre tremem de medo perante palavras fortes tais como comunismo, regulação econômica, legislação trabalhista. Para os espoliadores capitalistas e seus asseclas diplomados, a massa proletária nada mais é do que número sem qualquer valor humano. A obtusidade reacionária considera o projeto comunista uma utopia e que sua aplicação prática se converte em totalitarismo ditatorial, mas se analisarmos os discursos falaciosos dos tecnocratas que se prostituíram existencialmente em favor do sucesso dos seus empresários, perceberemos nítidas fantasias irrealizáveis, tal como a proposta por F. W. Taylor em sua pretensa “administração científica”:

O principal objetivo da Administração deve ser o de assegurar o máximo de prosperidade ao patrão e, ao mesmo tempo, o máximo de prosperidade ao empregado [...] A administração científica significará, para os patrões e operários que a adotarem – e particularmente para aqueles que a implantaram, em primeiro lugar – a eliminação de todas as causas de disputa e desentendimento entre si (TAYLOR, 2012, p. 24; p. 102)

Voltemos a Marx: esse grande pensador é ainda vilipendiado pelos filisteus modernos por depender durante anos da inestimável ajuda financeira de Engels, sem a qual certamente não teria concretizado seus projetos de pesquisa mais vigorosos. A obtusidade estabelecida salienta que Marx fora inclusive um vagabundo irresponsável descompromissado em relação a qualquer trabalho. Ora, Marx, quando radicado na Inglaterra, durante anos realizou pesquisas por horas a fio na biblioteca do Museu Britânico, legando-nos obras fundamentais para a desmistificação da ideologia capitalista e suas contradições intrínsecas. Para a mentalidade reacionária da burguesa, somente o trabalho gerador de lucro para os cofres do empresariado possui validade e serventia. As atividades intelectuais que dispendem tempo e esforços psicofísicos não são dignas conforme os seus filisteus critérios pecuniários. Quem critica a exaustiva dedicação de Marx aos estudos sobre a economia política capitalista deveria, por coerência, também criticar nossos doutorandos que recebem bolsas de pesquisa dos órgãos de fomento, sem que muitas vezes apresentem resultados efetivos após a vigência dessa concessão pública.

Os fariseus direitistas criticam ainda os ativistas políticos que dedicaram suas

vidas por causas emancipatórias que muitas vezes lhes ocasionaram prejuízos materiais irreparáveis, desestruturação familiares, perda de emprego, prisões, torturas e, nos casos extremos, a própria morte. Esses direitistas reacionários são os apólogos da mediocridade existencial, pois desvalorizam toda iniciativa revolucionária em nome da preservação de suas vidas miseráveis dedicadas ao gozo dos sentidos.

Talvez o grande problema da configuração política atual seja o fato de que muitos partidos políticos ditos de esquerda se adequam a paradigmas conservadores em nome da sua perpetuação no poder ou para que possam partilhar da grande fatia do bolo governamental. Uma esquerda autêntica jamais pode negociar com partidos direitistas, fisiológicos, descompromissados com as causas trabalhistas, com a firmação incondicional dos direitos humanos, com a rígida separação entre laicidade estatal e fé religiosa, com o controle rigoroso da economia nacional e das atividades bancárias, com a promoção de um sistema educacional horizontal, com a valorização da cultura e das artes. Uma esquerda que cumpra esses pontos de pauta certamente obterá êxito na sua afirmação dos princípios libertários do comunismo sobre todas as ações deletérias dos apólogos do neoliberalismo, do livre mercado, da especulação financeira, da espoliação da vida humana pelo trabalho alienado, do autoritarismo fascista que estabelece sua necrofilia sobre a consciência reacionária da mentalidade burguesa.

Mortadela

Denomina-se como “direita mortadela” na culinária política brasileira a tipologia do homem médio desprovido de poder financeiro, mas adorador do padrão elitista de vida e que tudo faz para copiar

seus ícones de sucesso, imputados como os baluartes do progresso material. É uma pena que a mortadela, um alimento tão saboroso, seja vituperada nessa categorização política, mas na análise das relações políticas da atualidade não podemos deixar de abordar as motivações pelas quais essa iguaria sofreu uma formatação tão pejorativa. Na dimensão gastronômica a mortadela (um embutido heteróclito de carne suína, bovina, aves e cubos de gordura), foi tradicionalmente estigmatizada como alimento das classes subalternas, tornando-se vergonha social para quem se nutrisse da sua substância. Na falta de carnes nobres para o consumo cotidiano e de outros frios mais refinados, como o presunto, as pessoas economicamente desfavorecidas se encontravam na necessidade de comprar esse produto mais barato, e por isso, mais vulgar. Mesmo a mortadela defumada, cujo preparo é mais sofisticado, também permanece aferrada a esse dispositivo socialmente infamante. Em sua transposição para a vida política, a mortadela não poderia deixar de sofrer o reforço dessa humilhação culinária.

O reacionarismo tacanho do homem-médio o faz defender projetos políticos que em curto prazo acabam por prejudicá-lo absolutamente, mas sua estupidez intelectual não lhe permite reconhecer os efeitos deletérios sofridos. Essa figura idiotizada não percebe que suas medidas extremistas são as bases ideológicas para a sua própria subjugação social. Segundo Ortega y Gasset,

O homem-massa jamais teria apelado para qualquer coisa fora dele se a circunstância não o tivesse forçado violentamente a isso. Como as circunstâncias atuais não o obrigam, o eterno homem-massa, de acordo com sua índole, deixa de apelar e se sente senhor de sua vida

(ORTEGA Y GASSET, 2002, p. 95).

O tipo político que doravante denominaremos como “homem-mortadela” é socialmente oprimido, ainda que acredite piamente que não o seja. Sua vida é uma constante luta por sobrevivência em um mercado capitalista rigorosamente impiedoso e excludente, mas essa triste figura se esforça constantemente para manter a vigência do sistema que justamente impede o florescimento de suas plenas capacidades criativas e de sua própria emancipação social. O homem-mortadela, não obstante sua exclusão das benesses da politicagem partidária, sempre atua como bela massa de manobra dos interesses dos espoliadores da coisa pública, acreditando, todavia, agir em plena autonomia e espontaneidade. O homem-mortadela é assim uma marionete dos especuladores políticos, que somente dialogam com as massas quando isso convém aos seus interesses escusos. Os posicionamentos sociais do homem-mortadela são reativos e esse tipo político defende a ideologia virulenta da direita raivosa, patriarcalista, sexista, homofóbica, preconceituosa, difusora de um discurso violento que legitima a repressão policial contra todas as formas de dissenso social e que assim produz a cada dia mais “presuntos”. Conforme argumenta Marilena Chauí,

O pensamento e o discurso da direita, apenas variando, alterando e atualizando o estoque de imagens, reiteram o senso comum que permeia toda a sociedade e que constitui o código imediato de explicação e interpretação da realidade, tido como válido para todos. Eis porque lhe é fácil falar, persuadir e convencer, pois os interlocutores já estão identificados com os conteúdos dessa fala, que é

também a sua na vida cotidiana (CHAUÍ, 2006, p. 7-8).

O homem-mortadela consome produtos de baixa qualidade, mas considera que faz belas aquisições que lhe concedem respeitabilidade e distinção perante seus interlocutores. Essa figura reativa não hesita em querer pechinchar avidamente para obter pequenas vantagens em suas transações comerciais, e assim poupar alguns centavos a mais das suas magras economias. O homem-mortadela vive pressionado pelas dívidas bancárias e acredita que um governo de exceção será capaz de suprimir a inflação, a insegurança pública e a corrupção, melhorando assim imediatamente sua qualidade de vida. A ticanhez desse tipo político não reconhece que seus comportamentos violadores da coisa pública são os piores prejuízos que ele pode cometer contra a ordem democrática.

O homem-mortadela considera pertinente que um político histriônico, ideólogo parlamentar das truculentas forças policiais, faça a defesa plenária da tortura como método legal para a instauração da ordem, ordem fascista, não podemos esquecer. O homem-mortadela lincha criminosos de rua, pequenos ladrões cujos delitos afetam particulares, mas pouco faz para defenestrar do poder os verdadeiros sicários da coisa pública, aqueles que venderam a coisa pública aos interesses escusos do empresariado. O homem-mortadela faz da defesa incondicional da propriedade privada o fundamento da sua existência, já que seus bens foram conquistados arduamente com sua labuta, mas pouco se importa com os prejuízos da coisa pública, exceto quando os efeitos da crise começam a afetar suas economias pessoais. Afinal, no fundo, o homem-mortadela gostaria de ser como esses distintos “cidadãos de

bens”, sem que nunca consiga talvez nem mesmo um dia lustrar com sua língua os sapatos desses senhores.

Considerações finais

A instabilidade governamental da república brasileira, motivada pelas ações golpistas das forças direitistas, gera na massa social uma polarização das suas posições políticas, tornando assim os ânimos mais exaltados e suscetíveis a ofensas, agressões, em suma, toda sorte de violências contra as perspectivas divergentes. Nessas condições, todo pensamento que não compactue com aqueles que são considerados como os legítimos no regime capitalista em vigor são vilipendiados e silenciados. O resultado imediato dessa incapacidade de respeitar os valores da diferença é o desastre social, e não seria de modo algum extravagante descartarmos a ocorrência de atentados contra os emissores de ideias contrárias ao status quo.

Cabe sempre lembrar que foram os grupos reacionários direitistas que promoveram a insurgência da barbárie nos quadros políticos brasileiros, pois os seus interesses particulares destoam absolutamente do planejamento democrático nacional. Em verdade essas hordas de “cidadãos de bens” não lutaram pela erradicação da corrupção da coisa pública brasileira, mas sim contra os avanços sociais conquistados parcialmente por grupos marginalizados historicamente. O sonho dourado desses elitistas é de fazer a nação brasileira retornar ao período monárquico e suas corruptas estruturas societárias pautadas nos privilégios nobiliárquicos hereditários. Por isso essas camadas se configuram como politicamente reacionárias, pois não poupam esforços para manter seus benefícios espoliativos sobre a coisa pública. A pretensa elevação moral apregoada por esses

sepulcros caiados é bazófia hipócrita que escamoteia seus vícios repugnantes, e sua desconsideração pela bem comum não merece piedade das forças multitudinárias em sua luta por reconhecimento existencial.

Desde sempre os oprimidos foram educados a aceitar docilmente as arbitrariedades impostas pelas elites plutocráticas como situações inevitáveis, providencialmente necessárias, assumindo como algo positivo o sofrimento cotidiano que lhes foi imposto, afirmando assim sua própria negação existencial. A resignação passiva perante a opressão apenas favorece a perpetuação do poder hegemônico do opressor. Somente através do ato de negação da negação que lhes é outorgada pelas classes dominantes os oprimidos conseguem quebrar as correntes da escravidão social e se apropriar das rédeas do processo histórico, conquistando assim a liberdade política que lhes proporciona a autonomia para construir seus próprios caminhos existenciais e suas histórias singulares. Conforme aponta Paulo Freire,

Na verdade, porém, por paradoxal que possa parecer, na resposta dos oprimidos à violência dos opressores é que vamos encontrar o gesto de amor. Consciente ou inconscientemente, o ato de rebelião dos oprimidos, que é sempre tão ou quase tão violento quanto a violência que os cria, este ato dos oprimidos, sim, pode inaugurar o amor. Enquanto a violência dos opressores faz dos oprimidos homens proibidos de ser, a resposta destes à violência daqueles se encontra infundida do anseio de busca do direito de ser. Os opressores, violentando e proibindo que os outros sejam, não podem igualmente ser; os oprimidos, lutando por ser, ao retirar-lhes o

poder de oprimir e de esmagar, lhes restauram a humanidade que haviam perdido no uso da opressão (FREIRE, 2005, p. 48).

A seráfica visão utópica de mundo acredita que no porvir o opressor, em um ato de renúncia ao seu egoísmo congênito, abrirá mão de sua dominação sobre o oprimido, promovendo fraternalmente a paz para com seu próximo, e juntos cearão do suave alimento da paz. Essa crença é sublime, mas talvez desprovida de qualquer concretude política. Essa falsa esperança apenas perpetua o estado de menoridade das massas e sua submissão ao patriarcado. Não existe possibilidade de consenso social quando a isonomia não é o fundamento primordial da relação política.

Todas as mudanças políticas efetivas somente ocorreram quando os oprimidos ousaram se lançar ao insólito e enfrentar corajosamente seus opressores, agindo em nome da liberdade para além de todo temor ou devoção aos nomes sagrados. Convém que se desmistifique o problema da violência como instrumento de transformação social: para a supressão da opressão entrada nas instituições sociais a resistência do oprimido que adquire consciência de sua dignidade existencial e de sua capacidade de empoderamento pessoal se torna não apenas uma necessidade vital, mas acima de tudo um dever político. A ideologia dominante edulcora os corações atormentados da grande massa social, sacralizando o direito de propriedade como um fundamento inalienável, mas estigmatiza toda forma de manifestação multitudinária de luta por afirmação dos seus direitos vitais como um atentado contra a ordem pública que deve ser suprimido pela repressão da força coercitiva do Estado

lacaoio do sistema plutocrático. Para os anônimos oprimidos, o único direito que lhes é concedido pelo sistema legal é o de não ter direitos. Suas vidas servem apenas de repasto para a satisfação dos interesses narcísicos das elites financeiras, os cancos da democracia. A carne dos oprimidos só vale quando contribui para a perpetuação dos interesses elitistas. Toda a estrutura civilizacional foi construída pelas forças vitais dos oprimidos existencialmente alienados, e a glória de sua realização foi apropriada pelos bens nascidos.

Se a transposição da culinária para a simbologia das disposições políticas nos fornece tantos eixos reflexivos insólitos, talvez uma análise similar sobre a relação entre a fauna e a dimensão política também permita novas investigações no porvir. Afinal, tantos animais na grande selva da realidade política certamente são grande objeto de pesquisa de tema tão importante para a condução da vida social de nossa conjuntura organizacional. A natureza é pródiga em seus estímulos para a criatividade.

Referências

- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e de esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. Trad. de Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- TAYLOR, Frederick W. **Princípios de Administração Científica**. Trad. de Arlindo Vieira Ramos. São Paulo: Atlas, 2012.